



DOSSIÊ TEMÁTICO:

ÁFRICA(S) E EDUCAÇÃO ANTIRACISTA NA SALA DE AULA NA ÁFRICA E NO BRASIL

Entrevista



O ENSINO BILÍNGUE PARA AS PESSOAS SURDAS EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Por Samuel Chumane & Marisa Gomes

Samuel Chumane

Docente na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3458-290X>
Contato: schumanesamuel@gmail.com

Marisa Gomes

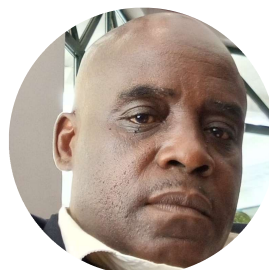
Professora doutora do Instituto Nacional dos Surdos (INES), Rio de Janeiro, Brasil
Contato: marigomesines@gmail.com

Como citar:

CHUMANE, Samuel; GOMES, Marisa.: O ensino bilíngue para pessoas surdas em Moçambique: desafios e perspectivas. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3 n. 9, p. 22-26, jan.-mar. 2024

Biografia. Samuel Chumane é Doutor em Linguística (2022), pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). Docente com a Categoria de Assistente Universitário na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane.

Lecciona no nível de graduação as unidades curriculares de Linguística de Língua de Sinais, Linguística de Língua de Sinais de Moçambique, Didáctica do Ensino de Língua de Sinais de Moçambique I, Didáctica do Ensino de Língua de Moçambique II - no Curso de Licenciatura em Língua de Sinais de Moçambique; Técnicas de Expressão e Escrita Académica - nos Cursos de Licenciatura em Desenvolvimento e Educação de Infância, Licenciatura em Educação Ambiental e de Licenciatura em Psicologia. Pesquisa nas áreas de Bilinguismo e Educação Bilíngue para Surdos em Moçambique e Ensino da Língua de Sinais de Moçambique como língua primeira e/ou segunda. Ainda, é colaborador na Direcção Pedagógica, no Departamento de Planificação Pedagógica, e Ponto focal para as actividades de Cooperação no Gabinete de Cooperação da Universidade Eduardo Mondlane.





Entrevista de Samuel Chumane por Marisa Gomes¹

GeoÁfrica. Geograficamente, podemos observar uma distribuição dos surdos no território moçambicano?

É possível observar a distribuição dos surdos no território moçambicanos através dos indicadores estatísticos. Note-se que os dados do Censo Populacional 2017 indicavam que de um total de cerca de 26.899.105 habitantes, 68.326 eram pessoas surdas. Deste número, 39.770 eram surdos à nascença, 23.184 habitantes tinham ficado surdos por doença, 327 tinham ficado surdos por causa de minas/guerra, 233 tinham ficado surdos no serviço militar, 457 em acidentes de trabalho, 266 em acidentes de viação e 4.089 tinham ficado surdos por motivos não discriminados (cf. Tabela 1)

Tabela 1. Número total de pessoas surdas em Moçambique

Causas de deficiência	Número total	Sexo	
		Homens	Mulheres
À nascença	39 770	20 502	19 268
Doença	23 184	10 802	12 382
Minas/guerra	327	228	99
Serviço militar	233	206	27
Acidente de trabalho	457	314	143
Acidente de viação	266	166	100
Outras	4 089	1 870	2 219
TOTAL	68 326	34 088	34 238

Fonte: INE (2017)

Todavia, a apresentação condensada do número de surdos no território moçambicano não permite aferir o número de pessoas surdas por províncias. Este facto, constitui uma lacuna a ser observada nos censos subsequentes. Consequentemente, torna-se difícil prever a necessidade de profissionais especializados em matérias de educação inclusiva capazes de lidar com a educação formal de pessoas surdas.

¹ A entrevista foi realizada por e-mail. As respostas foram recebidas em 14 de abril de 2024



GeoÁfrica. *A distribuição das pessoas surdas traz dificuldades para o acesso à educação no país? Como essa questão poderia ser resolvida?*

De facto, a ausência detalhada do número de pessoas surdas existentes em cada província torna difícil o acesso à educação formal de pessoas surdas em todo o país. Note-se que maior parte da população moçambicana vive nas zonas rurais e enfrenta problemas relacionados com a falta de infraestruturas com condições adequadas para a educação de pessoas surdas. Este facto, constitui um denominador comum em muitos países africanos. Com base nos dados do Censo Populacional 2017 conseguimos aferir que muitas pessoas surdas se encontravam espalhados em todo o território moçambicano e sem acesso a educação formal (cf. tabela 2).

Tabela 2. Número total de pessoas surdas nas zonas rurais

Causas de deficiência	Número total	Sexo	
		Homens	Mulheres
À nascença	29 489	15 083	14 406
Doença	18 180	8 429	9 751
Minas/guerra	255	170	85
Serviço militar	155	136	19
Acidente de trabalho	329	209	120
Acidente de viação	169	102	67
Outras	2 911	1 323	1 588
TOTAL	51 488	25 452	26 036

Fonte: INE (2017)

Conforme se pode perceber, os dados apresentados na tabela 2, não fazem referência ao número de pessoas surdas por província. Este facto, dificulta a planificação pedagógica, que poderia servir de base para prever o número de profissionais com conhecimentos teóricos e competências metodológicas a serem alocados em cada província. Como consequência desta situação, muitas pessoas surdas não estão a beneficiar integralmente do seu direito à educação. Note-se que, o Artigo 18 da Declaração de Salamanca, estabelece que a política educativa, a todos os níveis, do local ao nacional, deve criar condições necessárias para que a criança deficiente frequente a escola do seu bairro, ou seja, a que frequentaria se não tivesse uma deficiência. Este artigo pretende assegurar o princípio da inclusão de todas as crianças no sistema educativo, não importa onde elas vivem.



Todavia, tal não acontece porque o país continua a ressentir-se da falta de infraestruturas com condições adequadas para a educação de pessoas surdas. Até ao momento, o país dispõe apenas de duas escolas especiais: uma na cidade de Maputo e a outra na cidade da Beira. Estas escolas foram construídas no tempo colonial e eram destinadas às elites coloniais. As mesmas escolas foram alienadas pelo governo logo depois da independência nacional, a 24 de Julho de 1976. Até agora o governo não investiu na criação de novas infraestruturas nas outras províncias do país.

Para minimizar o impacto da falta de infraestruturas, o governo deveria investir na construção de novas escolas em todas as províncias, com condições adequadas para a educação formal de pessoas surdas e transformar algumas escolas regulares em inclusivas.

GeoÁfrica. Quais políticas públicas amparam a educação de surdos no país atualmente? Essas são suficientes para garantir seu acesso às redes de ensino?

Em Moçambique, as políticas públicas são alicerçadas por um conjunto de instrumentos legais que regulam a educação formal de surdos. São políticas que têm como fim último promover a inclusão dos surdos numa perspectiva sócio antropológica. De entre os vários instrumentos temos a destacar o Plano Nacional de Educação (1995), que estabelece que todas as crianças com necessidades educativas especiais devem beneficiar de um atendimento especial e individualizado em escolas regulares. A eficácia deste procedimento passa necessariamente pela identificação das necessidades de cada criança antes de iniciar a escolarização. Esta acção deve ser acompanhada pela capacitação dos professores em exercício nos diversos subsistemas de ensino, em matérias relacionadas com metodologias de ensino voltadas para estas crianças.

Um outro instrumento que importa destacar circunscreve-se ao Projecto de Escolas Inclusivas, inicialmente implementado em 1998, sob o lema “combater a exclusão, renovar a escola”. Este projecto adoptou como valores fundamentais os princípios da inclusão e da participação de todas as crianças e jovens no sistema regular de ensino, incluindo aquelas com necessidades educativas especiais.

O outro instrumento não menos importante é sobre a Estratégia de Educação Inclusiva e Desenvolvimento de Crianças com Deficiência (2020-2029) do MINEDH (2018, p. 10). A referida estratégia “garante a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional



para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência”, “reconhece o direito das crianças com deficiência a aprender como os outros e com os outros, etc”. É também reforçada pelo Plano Quinquenal do Governo de Moçambique (2015-2019, p. 19), que “promove programas de desenvolvimento integral para crianças na idade pré-escolar” e “assegura o uso de língua de sinais nos diferentes programas informativos e eventos públicos”.

No meu entender, as políticas deveriam ser suficientes para garantir o acesso às redes de ensino se a sua concepção envolvesse investigadores nacionais e sem intervenção de políticas externas.

GeoÁfrica. Hoje, quais seriam os principais desafios para garantir a acessibilidade e inclusão dos surdos nos diferentes espaços sociais em Moçambique?

Um dos principais desafios seria, grosso modo, a implementação efectiva dos instrumentos legais, nacionais e internacionais, que valorizam as diferenças e a igualdade entre as pessoas com necessidades educativas especiais, particularmente as pessoas surdas. Além disso, deve-se repensar em algumas estratégias que possam contribuir para a melhoria de atendimento de pessoas surdas em espaços públicos. Isso implicaria a realização de eventos conducentes à difusão e desenvolvimento da Língua de Sinais de Moçambique com vista a uma maior aceitação dos surdos na sociedade, capacitação do corpo técnico administrativo que trabalha em locais públicos em matérias de Língua de Sinais de Moçambique, presença permanente de intérpretes em Língua de Sinais de Moçambique em espaços públicos para facilitar a comunicação com os surdos utentes desses locais.